

ESPECIAL

AGOSTO 2020

C I B E R S E G U R A N Ç A

# NOVAS PROVAS, VELHAS RESPONSABILIDADES

SOFTWARE E FERRAMENTAS DIGITAIS FECHAM O CERCO NA POLÍCIA FEDERAL  
E NO MERCADO PRIVADO DE INVESTIGAÇÕES

 DANIEL HARPER



PLANILHA DIGITAL com datas e valores de pagamentos, e-mails com acertos de propina, conversas de WhatsApp com orientações de suborno. Tudo isso era improvável ou impensável de virar prova em uma investigação policial há pouco mais de uma década, quando começaram as grandes operações da Polícia Federal que alteraram o perfil de quem se senta no banco dos réus.

O ex-governador Sérgio Cabral só virou alvo de um pedido de prisão da Lava Jato depois que uma planilha com cronograma de pagamentos foi recuperada por um executivo da Andrade Gutierrez e entregue aos procuradores. O ex-presidente da Petrobras e do Banco do Brasil Aldemir Bendine não teve mais sorte — conversas por um aplicativo de mensagens foram achadas no celular de um operador e também terminaram citadas como provas para prendê-lo. Em esquemas de corrupção e lavagem de dinheiro, onde se disfarçam pagamentos de propina e se evitam conversas comprometedoras ao telefone, boa parte das novas provas, para velhas responsabilidades, aparece em rastros digitais,

de acordo com delegados, promotores e advogados entrevistados por *Época NEGÓCIOS*.

Software e tecnologias forenses se sofisticaram de tal forma que tanto policiais quanto investigadores privados conseguem vasculhar hoje gigabytes de documentos em alguns minutos, com ferramentas como o software pago Relativity, de localização e cruzamento de dados, e o código aberto IPED, criado por peritos da Polícia Federal. Mensagens e históricos de localização também são cada vez mais fáceis de investigadores localizarem, com equipamentos como o UFED Cellebrite, que é usado tanto por policiais quanto por peritos privados. E a análise dessa massa de dados, com a detecção automatizada por critérios do investigador, é cada vez mais feita com ferramentas de ciências de dados, como Alteryx e Tableau.

“O crime vai se sofisticando e a gente tem de dar um jeito de acompanhar isso, para conseguir conteúdo probatório”, diz o perito criminal federal Marcos Camargo, presidente do sindicato da categoria. “Tem algumas ferramentas prontas no mercado, mas para muitas demandas não há alternativas. Então a gente tem de desenvolver nossas próprias ferramentas também”, acrescenta.

O perito federal se refere a uma série de aplicativos criados por funcionários da Polícia Federal nos últimos anos. Além do IPED, que foi uma das principais ferramentas da Lava Jato, também foram criados aplicativos que facilitaram a investigação de outros tipos de casos. Em crimes ambientais, por exemplo, o Inteligeo faz georreferenciamento e permite verificar taxas de desmatamento por imagens de satélite. “Não há nenhum bônus ou recompensa da instituição em cima disso. Policiais criam essas ferramentas com a intenção de buscar a melhoria para a segurança pública e dar maior eficiência ao nosso trabalho”, afirma Camargo.

A mistura de novas tecnologias, mudanças legislativas e megaoperações como a Lava Jato também impulsionou o mercado de investigações privadas, abrindo caminho para advogados especialistas em compliance e investigações sensíveis, assim como para peritos digitais forenses de consultorias e auditorias. A advogada Isabel Franco, sócia do escritório Azevedo Sette, testemunhou a evolução desse mercado nos Estados Unidos, onde atuou por 20 anos, e no Brasil desde a expansão das regras de compliance e a multiplicação de investigações estatais.

**QUEDA** O ex-governador Cabral (*acima*) e o ex-presidente da Petrobras caíram graças às novas tecnologias

## “O CRIME VAI SE SOFISTICANDO E A GENTE TEM DE DAR UM JEITO DE ACOMPANHAR ISSO, PARA CONSEGUIR CONTEÚDO PROBATÓRIO”

MARCOS CAMARGO, PERITO CRIMINAL FEDERAL

“Tudo começou nos Estados Unidos com o escândalo de Watergate”, destaca, em referência ao escândalo de corrupção que resultou na renúncia do então presidente Richard Nixon em 1974 e que inspirou a criação da Lei de Práticas de Corrupção no Exterior (FCPA, na sigla em inglês), elevando multas a empresas e criminalizando o pagamento de propinas em outros países.

O Brasil seguiu caminho semelhante na véspera da Operação Lava Jato, com a responsabilização civil e administrativa de empresas por atos de corrupção a partir de 2013. Desde que a norma entrou em vigor, empresas passaram a ser responsabilizadas em esfera cível pelos atos corruptos de dirigentes, com risco de pagar multas de 0,1% a 20% do faturamento.

“O que mais está fechando o cerco para o criminoso de colarinho branco é que a pessoa jurídica tem muitos incentivos para entregá-lo para as autoridades. Dentro desse sistema, que importamos dos Estados Unidos, a empresa tem dois caminhos: negar até a morte e se arreborderar ou entrar no jogo. E o jogo é cooperar [com o Estado] para reduzir multas”, explica o advogado Rafael Mendes Gomes, que foi o segundo diretor de compliance da história da Petrobras.

Gomes destaca ainda que a responsabilização na esfera cível por corrupção, das empresas e dos dirigentes, pode ser

mais fácil do que a responsabilização em esfera criminal dos empresários e executivos. Isso porque, em processos cíveis, não é necessário provar que houve intenção ou risco assumido para praticar esses atos corruptos. “Não há dúvida de que o ônus da prova na Justiça criminal e na Justiça cível são diferentes. Na esfera cível, é por preponderância de provas. Na seara criminal, é acima da dúvida razoável”, explica. “E a vida das pessoas hoje é muito mais rastreável por todos os lados do que era antes”, acrescenta.

Na base de investigações policiais, também ficou cada vez mais comum encontrar relatórios e análises reforçadas por ciência de dados de órgãos de regulação e agências de fiscalização, como a Comissão de Valores Mobiliários (CVM), o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) e o Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf).

Na CVM, até 2015, fazia parte da rotina diária no escritório da autarquia em São Paulo que um motoqueiro trouxesse mídias criptografadas da bolsa B3 com dados que subsidiavam análises e fiscalizações dos mercados de ações e derivativos, embora boa parte desses dados também fosse transmitida online. A CVM vinha investigando com um sistema para monitorar em tempo real as suspeitas desde 2012, mas após a ajuda de consultorias conseguiu botar de pé em 2016 uma tecnologia proprietária, o Sistema de

**WATERGATE** O escândalo de corrupção que resultou na renúncia do então presidente Richard Nixon em 1974 e que inspirou a criminalização do pagamento de propinas em vários países



**PRISÃO** No fim de 2019 havia pelo menos 769 presos por corrupção, alta de 35% em relação a 2009, segundo o Ministério da Justiça

## BATE RECORDE A DESPESA COM A DEFESA DE

2017  
JAN-MAIO



Receita seguradoras  
**R\$ 164.622.826,00**

Prejuízos reembolsados de segurados  
**R\$ 88.054.147,00**

2018  
JAN-MAIO



Receita seguradoras  
**R\$ 154.400.003,00**

Prejuízos reembolsados de segurados  
**R\$ 36.301.691,00**

ESSE SEGURO COBRE DESPESAS DOS SEGURADOS, DE GERENTES A DIRETORES, PRESIDENTES OU CONSELHEIROS, COM A DEFESA EM PROCESSOS, INDENIZAÇÕES OU MULTAS

Acompanhamento de Mercado (SAM), para investigar em tempo real os casos de manipulação e outras ilegalidades.

Recentemente, a CVM criou um software com 50 variáveis que ajudam a detectar com alertas principalmente casos complexos de uso indevido de informação privilegiada, em que o “insider” não é necessariamente o executivo da companhia ou um familiar, mas um amigo ou conhecido. “A CVM passou a ficar muito mais ativa a partir da Operação Lava Jato para verificar a responsabilidade dos dirigentes”, avalia Leonardo Lopes, sócio de Forensic Services da PwC Brasil.

A BSM, empresa de supervisão de mercados da bolsa B3, também forneceu para a CVM um terminal do sistema Smarts, usado na Nasdaq, que permite o rastreamento e a vigilância em milissegundos até das ofertas que não motivaram negócios fechados, o que é importante para detectar blefes e manipulações artificiais dos preços.

Outro órgão que se transformou com a ciência de dados foi o Cade, que passou a usar algoritmos para detectar padrões suspeitos de forma proativa, tentando detectar formações de cartel antes de uma eventual queixa colocar o esquema na mira das autoridades. Esses algoritmos foram criados no Projeto Cérebro, a partir da análise de bases de dados com todas as compras federais e também das compras de vários estados e municípios. “Nosso trabalho proativo era muito mais no palpite. Agora estamos preparados para identificar comportamento anômalo dos preços”, explica Felipe Roquete, coordenador-geral de análise antritruste do Cade, responsável pelo Projeto Cérebro.

Os algoritmos ainda não operam de maneira automática para identificar suspeitas, mas esse é o objetivo para o futuro. Com a gigantesca capacidade de processamento, Roquete diz que já foram detectados indícios proativamente para embasar pelo menos dez processos. “Cada cartel é único. Mas a estratégia mais utilizada não só no Brasil, mas também ao redor do mundo, é fazer proposta de cobertura”, diz o coordenador do Cérebro, em referência aos lances feitos sem intenção de ganhar o contrato, de modo a simular concorrência.

O Cade monitora potenciais casos de cartel no fornecimento de medicamentos, insumos e equipamentos hospitalares durante a pandemia. É esperado que neste ano sejam descobertos mais crimes não só nas disputas de concorrências, mas também nas compras emergenciais sem licitação. O Coaf já registrou um aumento de 210% no recebimento de comunicações de operações suspeitas, para 469.331 comunicados no primeiro semestre deste ano. Essas suspeitas fizeram com que aumentasse em 31% a produção do Coaf, com 5.834 relatórios de inteligência financeira (RIFs), como são chamados os documentos enviados de maneira proativa a policiais e promotores, ou por solicitação de autoridades do sistema jurídico, quando as suspeitas são consideradas consistentes pelos técnicos. Desde 2016 o Coaf também usa ferramentas complexas de análise e algoritmos de mineração de dados para detectar casos suspeitos.

O advogado Giovanni Falcetta, do escritório Tozzini-Freire, espera que aumentem não só fraudes em licitações,

## EXECUTIVOS E O PAGAMENTO DE MULTAS

2019  
JAN-MAIO

Receita seguradoras

**R\$ 200.483.352,00**

Prejuízos reembolsados de segurados

**R\$ 149.896.406,00**

2020  
JAN-MAIO

Receita seguradoras

**R\$ 346.921.991,00**

Prejuízos reembolsados de segurados

**R\$ 195.639.658,00**

FONTE: SUSEP

## OUTRO ÓRGÃO QUE SE TRANSFORMOU COM A CIÊNCIA DE DADOS FOI O CADE, QUE PASSOU A USAR ALGORITMOS PARA DETECTAR PADRÕES SUSPEITOS DE FORMA PROATIVA

---

mas também crimes financeiros e contábeis. “É um momento difícil, de crise, em que os resultados vão ficando piores. Então, para defender interesses pessoais, como bonificações ou manutenção de filiais, pessoas fazem alterações de dados para melhorar resultados. Pode ser desastroso”, afirma.

Mesmo durante a pandemia, investigações estatais e corporativas continuaram a pleno vapor. Numa segunda-feira pela manhã, a advogada Isabel Franco, do escritório Azevedo Sette, foi acionada por uma empresa que tinha recebido uma denúncia interna de fraude. Depois de estudar o caso e consultar documentos de interesse, Isabel agendou uma entrevista com o executivo em situação de suspeição. Se a pandemia não mudou os maus hábitos, também não mudou as táticas para escapar das consequências deles — o suspeito debandou da entrevista por videoconferência. “Em tempos normais isso não aconteceria. Continuamos a investigação depois disso e vimos que ele estava verdadeiramente implicado na fraude”, diz a advogada.

Cesar Atilio, sócio de Forensics da EY, já se acostumou a fazer perícias e análises de dados que somam em média 70 gigabytes por suspeito investigado, entre e-mails, documentos e arquivos de celular. Ele recorre à teoria do criminologista americano Donald Cressey para explicar por que as fraudes corporativas aumentam em momentos como a pandemia do coronavírus. “O triângulo da fraude prevê três condições: pressão, oportunidade e racionalização. A racionalização pode ser algo como manter o emprego ou sustentar a família, enquanto a pressão é para cumprir metas ambiciosas em condições difíceis. Aí se

enxerga uma oportunidade com controles mais fracos”, explica Atilio. “O cenário atual cria quase uma tempestade perfeita para que fraudes ocorram”, resume.

Depois do estouro da Lava Jato em 2014 e das prisões de alguns dos maiores empresários do país, como Marcelo Odebrecht e André Esteves, alguns executivos passaram a buscar acordos de delação premiada antes mesmo de a polícia bater na porta. No fim do ano passado, havia pelo menos 769 presos por corrupção em penitenciárias e delegacias de todo o país, uma alta de 35% em relação a 2009, de acordo com censo do Ministério da Justiça, que não possui dados de todos os presídios e delegacias. “Quando se criou essa cultura de incentivo e proteção da delação premiada, passou a gerar a suspeita de que a qualquer momento qualquer um pode delatar. Essa percepção de que pessoas podem ser pegadas é o principal inibidor das fraudes”, diz Lopes, da PwC Brasil.

No entanto, depois de delações serem anuladas pela detecção de mentiras e omissões, e de políticos serem absolvidos por falta de provas em processos originados por delatores, advogados preveem uma diminuição da quantidade de acordos assinados. “Não é só o fato de reconhecer um ilícito que coloca o sujeito em ponto de conseguir um acordo de delação. Tem de ter uma estrutura empresarial que permita uma investigação interna, para que se consiga fazer acusação contra alguém. Não pode apenas fazer uma narrativa. Essa é a diferença entre confissão e delação”, explica o criminalista Luciano Feldens, ex-procurador da República.

De todo jeito, bateu recorde neste ano, até o fim de maio, a contratação e o uso de seguros D&O (sigla em



**ANTES** Com a Lava Jato, em 2014, foram presos alguns dos maiores empresários do país, como Marcelo Odebrecht. Alguns executivos passaram a buscar acordos de delação premiada

inglês para diretores e funcionários). De acordo com a Superintendência de Seguros Privados (Susep), foram arrecadados R\$ 346 milhões neste ano nesse tipo de produto, enquanto foram reembolsados prejuízos de R\$ 195,6 milhões, também um recorde para o mesmo período. Esse tipo de seguro é usado principalmente para reembolsar custos judiciais, contratar advogados de defesa e reembolsar multas e autuações sofridas pelos executivos. “Um dos grandes impactos sofridos pelas empresas brasileiras que atuam no mercado de capitais americano vem das grandes investigações que surgiram a partir de 2014,

como Lava Jato, Zelotes, entre outras”, afirma Fernando Saccon, superintendente da Zurich.

Novas ferramentas podem facilitar a responsabilização na Justiça das condutas ilegais, mas, desde o fim dos anos 90, o advogado José Alexandre Buaiz Neto, do escritório Pinheiro Neto, faz o mesmo tipo de alerta para ilustrar que a argúcia do investigador é que faz toda a diferença. “Digo sempre, no começo de uma investigação, que se tiver alguma coisa a gente vai achar. Posso demorar mais ou menos, mas não adianta imaginar que não vai ser pego”, diz José Alexandre. 